## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA FORO DE ARARAQUARA VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua dos Libaneses nº 1998, Carmo, Araraquara - SP - CEP 14801-425

## TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: 0010842-35,2017.8.26.0037

Classe - Assunto Cumprimento de Sentença - Acidente de Trânsito

Exequente: Ademir Antonio dos Santos

Advogado/OAB: N/C

Executado: Rinaldo Balbino da Silva

Advogado/OAB: N/C

Aos 26 de novembro de 2018 às 16:40, nesta cidade e Comarca de Araraquara, Estado de São Paulo, na sala de audiências, sob a condução do Sr.(a) Conciliador(a) que abaixo subscreve e a supervisão do MM. Juiz de Direito, ROGERIO BELLENTANI ZAVARIZE, comigo Escrevente Técnico Judiciário abaixo assinado, foi instalada a sessão de conciliação nos autos da ação e entre as partes supra referidas. Verificou-se a presença das partes. Proposta a conciliação, restou frutífera nos seguintes termos: OBJETO PRINCIPAL: Com o presente acordo, nenhuma das partes poderá mais reclamar da outra qualquer questão oriunda do mesmo fato. Para quitação de todos os danos/prejuízos oriundos desta reclamação, a parte executada pagará à parte exequente o valor de R\$3.200,00. As partes acordam ainda que as restrições de licenciamento e transferência que recaíram sobre o veículo FIAT/UNO, placas FXZ5470 (pág. 10/11) deverão retiradas. ÉPOCA DO PAGAMENTO: em 16 parcelas iguais, mensais e consecutivas de R\$200,00 cada. PARCELAMENTO: a primeira parcela vencerá em 20/12/2018 e as demais todo dia 20 dos meses subsequentes; última parcela vencerá em 20/03/2020. FORMA DE PAGAMENTO: depósitos bancários na conta corrente em nome da parte credora (conta nº 001 00067665-1, agência nº 0282, Banco Caixa Econômica Federal, CPF nº 442.826.998-68). No caso de depósito(s) em conta, caso haia alguma inconsistência dos dados bancários (com oportuna comprovação), a parte executada deverá depositar judicialmente o valor até 24 horas após a data do vencimento previsto no acordo para não incidir em mora. EM CASO DE INADIMPLÊNCIA: a execução voltará a prosseguir pelo débito original devidamente corrigido e atualizado, com acréscimo de multa de 10% sobre o saldo devedor atualizado, descontados eventuais depósitos. Em caso de parcelamento, a falta de pagamento de uma parcela acarretará vencimento antecipado das demais. O nome será anotado no SPC, mediante requerimento da parte credora, devendo esta informar o pagamento se ocorrer, para a retirada da inscrição. A seguir, pelo MM. Juiz foi proferida sentença: "Homologo o acordo celebrado pelas partes e decreto a EXTINÇÃO DO PROCESSO com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, "b" do CPC. Nos termos do art. 1000 do mesmo código, não há interesse recursal. Certifique-se o trânsito em julgado. Tratando-se de pagamento, em caso de inadimplemento, a fase de cumprimento dispensa intimação prévia para pagamento em 15 dias, pois somente é exigível quanto às sentenças condenatórias (art. 523, caput do CPC). Não é necessário comunicar nos autos o cumprimento do acordo (só em caso de descumprimento será o caso de iniciar fase executiva). Arquivem-se os autos". Sentença proferida e publicada em audiência, saindo intimadas as partes. Termo impresso e assinado pelos presentes (arts. 209, §1º e 367, §2º do CPC), a ser mantido em arquivo, dispensada sua digitalização para os autos digitais, nos quais ficará armazenado apenas o termo de igual teor assinado digitalmente pelo MM. Juiz. NADA MAIS. Eu, Fernando Alves De Rezende, digitei.

MM. JUIZ

Conciliador(a): Telmo Correia Arrais

Autor(a) Ré(u)